CLIPPING INTERNET

13/12/2021 ATÉ 13/12/2021

comunicação
& informação

I N D Í C E

1 AÇÕES TJMA
1.1 BLOG DO LEONARDO ALVES..... 1
1.2 SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR)..... 2

TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
13/12/2021 - BLOG DO LEONARDO ALVES
POSITIVA
Desembargador Jorge Rachid visita unidade socioeducativa de adolescentes

Desembargador Jorge Rachid visita unidade socioeducativa de adolescentes

12/12/2021 | Leonardo

Nessa quinta-feira (9), o desembargador Jorge Rachid, presidente do Núcleo Socioambiental do Tribunal de Justiça do Maranhão, visitou o Centro de Juventude Canaã – unidade de internação provisória de adolescentes em conflito com a lei, que faz parte do projeto "Continue a Crescer", de iniciativa da comarca de São José de Ribamar, oportunidade em que foi plantada uma muda de árvore. Também participaram da visita a juíza titular da Vara da Infância e Juventude de São José de Ribamar, Samira Barros Heluy; a assistente social Yeda Maranhão e a psicóloga Cecília Caminha; a defensora pública Manuela Saraiva Correia; a promotora de Justiça Patrícia Espínola e o professor Kleverton Viana (palestrante).

Segundo a juíza Samira Heluy, o projeto "Continue a Crescer" será voltado aos adolescentes internados provisoriamente no Centro de Juventude Canaã e no Centro Socioeducativo Florescer, bem como educandos que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto e aqueles que respondem ações socioeducativas, com processos em São José de Ribamar.

Durante a visita, o desembargador Jorge Rachid ressaltou que a aproximação do Judiciário com outras instituições e a comunidade é de extrema importância, levando orientações sobre direitos, cidadania e valores de preservação ambiental. "Responsabilidade socioambiental é um cuidado também com pessoas, com o futuro de nossas crianças e adolescentes. Que esse projeto seja um diferencial na vida desses adolescentes e também uma oportunidade de aprendizado para nós do Judiciário", observou.

PROJETO

A iniciativa do projeto objetiva consolidar a parceria entre o Poder Judiciário e centros socioeducativos de internação provisória, para orientar adolescentes que respondem ação socioeducativa, bem como aqueles que cumprem medida socioeducativa em meio aberto (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade) sobre seus direitos e deveres, bem como prestar informações acerca da prática de ato infracional e suas consequências tanto para a sua vida como para a sociedade, por meio da articulação entre o Poder Judiciário, os centros de internação provisória (Canaã e Florescer) e o Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), além do Ministério Público e da Defensoria Pública, mediante debates temáticos, considerando a realidade vivenciada pelos mencionados jovens.

O projeto funcionará em parceria com o Tribunal de Justiça; Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA; Associação dos Magistrados do Maranhão; Equipe Multidisciplinar do Fórum "Des. Lauro de Berrêdo Martins" (São José de Ribamar/MA); Ministério Público (Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de São José de Ribamar/MA); Defensoria Pública (Núcleo de São José de Ribamar/MA); Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Renda de São José de Ribamar/MA; e Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC).

O projeto será desenvolvido por meio de diálogos que visam acolher os(as) adolescentes e suas indagações a respeito das circunstâncias relacionadas à prática de ato infracional, com exposição de temas referentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), às medidas socioeducativas, às medidas de proteção, à tramitação processual e à responsabilização legal.

comunicação & informação
TRIBUNAL DE JUSTIÇA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO - TJMA - AÇÕES TJMA
13/12/2021 - SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR)
POSITIVA
TJ-RN e TJ-MA reforçam compromisso com expansão da Justiça Digital

TJ-RN e TJ-MA reforçam compromisso com expansão da Justiça Digital

12 de dezembro de 2021, 16h05
Representantes dos Tribunais de Justiça do Rio Grande do Norte e do Maranhão reafirmaram a parceria com o Conselho Nacional de Justiça para implementar as iniciativas do Programa Justiça 4.0 durante reunião que discutiu as ações do programa.

ReproduçãoTJ-RN e TJ-MA reforçam compromisso com CNJ para expansão da Justiça Digital
O presidente do TJ-RN, Vivaldo Pinheiro, afirmou que o tribunal é "parceiro de primeira hora do Programa Justiça 4.0 desde março deste ano, quando assinou o acordo de cooperação técnica com o CNJ".

Pinheiro ressaltou a importância do intercâmbio de ideias promovido pelos encontros regionais e destacou que o TJ-RN tem contribuído com "a nova etapa do Judiciário brasileiro ao abrir portas para ações inovadoras".

Para Ângelo Santos, juiz auxiliar da presidência do TJ-MA, o desenvolvimento dos projetos do Justiça 4.0 tem se mostrado exitoso no tribunal. "As ações do programa têm contribuído para a celeridade processual e também para a diminuição de despesas no âmbito do nosso tribunal", afirmou.

O TJ-MA instituiu o Comitê Gestor da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-Br), cuja atribuição é acompanhar e avaliar a implementação da plataforma no Poder Judiciário do Maranhão. "O TJ-MA tem interesse no desenvolvimento colaborativo da plataforma digital. Atualmente estamos participando do desenvolvimento do sistema Mandamus", informou Santos.

De acordo com o secretário-geral do CNJ, Valter Shuenquener, a PDPJ-Br irá incentivar o desenvolvimento tecnológico conjunto do Poder Judiciário. "Os tribunais vão assumir um protagonismo maior no desenvolvimento de partes dos sistemas processuais eletrônicos", pontuou.

Segundo Shuenquener, a plataforma digital tem o objetivo de criar um ambiente de colaboração entre os tribunais, para que possam compartilhar soluções tecnológicas desenvolvidas pelas equipes dos órgãos visando aprimorar os sistemas de tramitação dos processos judiciais.

"O processo eletrônico deixa de ser uma obrigação de desenvolvimento apenas do tribunal, com sua equipe de TI, e passa a ser de responsabilidade dos atores do sistema judicial de forma mais ampla possível", explicou.

Juízo 100% Digital
Rosivaldo Toscano, juiz do TJ-RN, destacou os benefícios promovidos pela implantação do Juízo 100% Digital nas unidades judiciárias, como tramitação processual mais ágil, economia de recursos e ampliação do acesso à justiça. "Acesso à justiça é mais que abrir fóruns. É fazer com que o cidadão seja atendido sem precisar ir até ele. O Juízo 100% Digital permite isso", ressaltou.

Segundo Toscano, cerca de 5% dos processos judiciais na primeira instância tramitam conforme o rito do Juízo

100% Digital, o que equivale a 4.195 processos, no período entre junho e novembro de 2021.

Justiça 4.0

Desde agosto, o CNJ promove reuniões regionais com os tribunais de Justiça a fim de compartilhar experiências e boas práticas sobre a implantação dos projetos do Justiça 4.0, como o Balcão Virtual, o Juízo 100% Digital, a PDPJ-Br e o Codex.

Nos encontros, os tribunais firmam o compromisso com a expansão da Justiça Digital, com a adequação dos sistemas de processo eletrônico visando à integração à PDPJ-Br e com a implantação do Codex nas bases de dados processuais.

O Programa Justiça 4.0 é uma parceria entre o CNJ, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Conselho da Justiça Federal para promover o acesso à Justiça e aperfeiçoar a prestação de serviços do Judiciário por meio da inovação e de soluções tecnológicas. Com informações da assessoria do CNJ.